JSL S.A.

CNPJ/MF nº 52.548.435/0001-79

NIRE 35.300.362.683

**ATA DE REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO
REALIZADA EM 19 DE NOVEMBRO DE 2019**

DATA, HORA E LOCAL: Realizada aos 19 dias do mês de novembro de 2019, às 9 horas, na sede social da JSL S.A. ("Companhia"), situada na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Dr. Renato Paes de Barros, 1017, Conjunto 91, Edifício Corporate Park, Itaim Bibi, CEP 04530-001.

CONVOCAÇÃO E PRESENÇA: Dispensada a convocação, nos termos do Estatuto Social da Companhia, tendo em vista a presença da totalidade dos membros do Conselho de Administração da Companhia, que participaram por teleconferência.

MESA: Presidente: Adalberto Calil; Secretária: Maria Lúcia de Araújo.

ORDEM DO DIA: Deliberar sobre as seguintes matérias: **(i)** a modificação da Escritura de Emissão para **(a)** alterar a Data de Vencimento das Debêntures, prevista na Cláusula 4.1.4; **(b)** alterar os Juros Remuneratórios das Debêntures, previstos nas Cláusulas 4.2.2 e 4.2.4; **(c)** alterar as datas de amortização do Valor Nominal Unitário das Debêntures, previstas na Cláusula 4.3.1; **(d)** alterar as Datas de Pagamento da Remuneração das Debêntures, previstas na Cláusula 4.4; **(e)** alterar a data a partir da qual a Companhia poderá realizar o Resgate Antecipado, prevista na Cláusula 5.1; **(f)** alterar o Prêmio de Resgate Antecipado, previsto na Cláusula 6.1; **(g)** alterar as condições de Vencimento Antecipado estabelecidas na cláusula item 7.1 da Escritura de Emissão e, conseqüentemente, as condições de vencimento antecipado automático estabelecidas na cláusula 7.2; e **(h)** alterar a redação da Cláusula 8.1 para alterar a alínea (n) a fim de prever a metodologia do cálculo do Quociente do Ativo Imobilizado, excluir a alínea (o) e excluir a menção do autosseguro contida na alínea (m) e conseqüente renumeração das demais alíneas; e **(ii)** autorizar a Emissora e o Agente Fiduciário a praticarem todos e quaisquer atos necessários e/ou convenientes à realização, formalização, implementação e/ou aperfeiçoamento das deliberações referentes às matérias desta ordem do dia, incluindo mas não se limitando a celebração de aditamento à Escritura de Emissão.

DELIBERAÇÕES: Após a análise e discussão das matérias constantes da Ordem do Dia, os membros do Conselho de Administração, por unanimidade, aprovaram sem quaisquer restrições ou ressalvas, o quanto segue:

(i) aprovar a modificação da Escritura de Emissão, para:

(a) alterar a Data de Vencimento das Debêntures, prevista na Cláusula 4.1.4, a qual passará a vigorar conforme disposto abaixo:

*"4.1.4. **Prazo e Data de Vencimento das Debêntures:** Observado o disposto nesta Escritura de Emissão, as Debêntures terão prazo de vencimento de 101 (cento e um) meses contados da Data de Emissão, vencendo-se, portanto, em 20 de novembro de 2025 ("Data de Vencimento"). As Debêntures serão liquidadas pelo saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures, acrescido da Remuneração das Debêntures devida e não paga, conforme abaixo definida."*

(b) alterar os Juros Remuneratórios das Debêntures, previstos nas Cláusulas 4.2.2 e 4.2.4, as quais passarão a vigorar conforme disposto abaixo:

"4.2. Atualização Monetária e Remuneração
(...)

4.2.2. As Debêntures farão jus a juros remuneratórios correspondentes a: (i) entre a Data da Primeira Integralização ou a Data de Pagamento de Remuneração (conforme abaixo definido) e 20 de novembro de 2019, 125,50% (cento e vinte e cinco inteiros e cinquenta centésimos por cento) da variação acumulada das taxas médias diárias dos Depósitos Interfinanceiros DI, over extra-grupo ("Taxa DI"), calculadas e divulgadas diariamente pela B3, no informativo diário disponível em sua página de Internet (www.b3.com.br), capitalizada de uma sobretaxa, expressa na forma percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis; e (ii) entre 21 de novembro e a Data de Vencimento, 127,50% (cento e vinte e sete inteiros e cinquenta centésimos por cento) da Taxa DI, capitalizada de uma sobretaxa, expressa na forma percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis ("Juros Remuneratórios das Debêntures"):
(...)

4.2.4. O cálculo dos Juros Remuneratórios obedecerá a seguinte fórmula:

$$J = VNe \times (FatorDI - 1)$$

onde:

J = Valor unitário da Remuneração, devida nos termos da Cláusula 4.2. acima, calculada com 8 (oito) casas decimais sem arredondamento;

VNe = Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso, informado/calculado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento;

FatorDI = Produtório das Taxas DI-Over com uso de percentual aplicado a partir da

data de início do Período de Capitalização, inclusive, até a data de cálculo do pagamento da Remuneração (conforme Cláusula 4.4 abaixo), exclusive, calculado com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$\text{Fator DI} = \prod_{k=1}^{n_{DI}} \left[1 + \left(\text{TDI}_k \times \frac{p}{100} \right) \right]$$

onde:

- n_{DI} = Número total de Taxas DI-Over, sendo " n_{DI} " um número inteiro;
 k = Corresponde ao número de ordem das Taxas DI, variando de 1 até n_{DI}
 p = (i) 125,50% cento e vinte e cinco inteiros e cinquenta centésimos por cento) entre a Data de Emissão e 20 de novembro de 2019 () e (ii) 127,50% (cento e vinte e sete inteiros e cinquenta centésimos por cento) entre a 21 de novembro de 2019 e a Data de Vencimento;
 TDI^k = Taxa DI-Over, de ordem k , expressa ao dia, calculada com 8 (oito) casas decimais com arredondamento, apurada da seguinte forma:

$$\text{TDI}_k = \left(\frac{\text{DI}_k}{100} + 1 \right)^{\frac{1}{252}} - 1$$

onde:

DI = Taxa DI-Over divulgada pela CETIP, válida por 1 (um) Dia Útil (overnight);

Observações:

- 1) O fator resultante da expressão $\left[1 + \left(\text{TDI}_k \times \frac{p}{100} \right) \right]$ será considerado com 16 (dezesesseis) casas decimais, sem arredondam
- 2) Efetua-se o produtório dos fatores diários $\left[1 + \left(\text{TDI}_k \times \frac{p}{100} \right) \right]$, sendo que, a cada fator diário acumulado, trunca-se o resultado com 16 (dezesesseis) casas decimais, aplicando-se o próximo fator diário, e assim por diante até o último considerado.
- 3) Uma vez os fatores estando acumulados, considera-se o fator resultante "Fator DI" com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento.
- 4) As Taxas DI deverão ser utilizadas considerando idêntico número de casas decimais divulgado pela entidade responsável pelo seu cálculo."

(c) alterar as datas de amortização do Valor Nominal Unitário das Debêntures, previstas na Cláusula 4.3.1, a qual passará a vigorar com a seguinte redação:

"4.3. Amortização do Principal

4.3.1. O Valor Nominal Unitário das Debêntures será amortizado em 4 (quatro) parcelas,

anuais e consecutivas, sempre no dia 20 do mês de novembro de cada ano, sendo a primeira parcela devida em 20 de novembro de 2022 e, a última, na Data de Vencimento, de acordo com a tabela abaixo:

Data de Amortização	Percentual de Amortização do Valor Nominal Unitário
<i>20 de novembro 2022</i>	<i>25%</i>
<i>20 de novembro 2023</i>	<i>25%</i>
<i>20 de novembro 2024</i>	<i>25%</i>
<i>Data de Vencimento (20 novembro 2025)</i>	<i>25%”</i>

(d) alterar as Datas de Pagamento da Remuneração das Debêntures, previstas na Cláusula 4.4, a qual passará a vigorar com a seguinte redação:

“4.4. Pagamento da Remuneração

4.4.1. A Remuneração das Debêntures será paga, (i) trimestralmente, a partir da Data da Primeira Integralização ou a Data de Pagamento de Remuneração, sendo o primeiro pagamento devido em 20 de setembro de 2017 e os demais pagamentos devidos até a respectiva Data de Vencimento (cada uma, uma “Data de Pagamento da Remuneração”), conforme tabela abaixo:”

Datas de Pagamento da Remuneração
<i>20 de setembro de 2017</i>
<i>20 de dezembro de 2017</i>
<i>20 de março de 2018</i>
<i>20 de junho de 2018</i>
<i>20 de setembro de 2018</i>
<i>20 de dezembro de 2018</i>
<i>20 de março de 2019</i>
<i>20 de junho de 2019</i>
<i>20 de setembro de 2019</i>
<i>20 de novembro de 2019</i>
<i>20 de fevereiro de 2020</i>
<i>20 de maio de 2020</i>
<i>20 de agosto de 2020</i>
<i>20 de novembro de 2020</i>

<i>20 de fevereiro de 2021</i>
<i>20 de maio de 2021</i>
<i>20 de agosto de 2021</i>
<i>20 de novembro de 2021</i>
<i>20 de fevereiro de 2022</i>
<i>20 de maio de 2022</i>
<i>20 de agosto de 2022</i>
<i>20 de novembro de 2022</i>
<i>20 de fevereiro de 2023</i>
<i>20 de maio de 2023</i>
<i>20 de agosto de 2023</i>
<i>20 de novembro de 2023</i>
<i>20 de fevereiro de 2024</i>
<i>20 de maio de 2024</i>
<i>20 de agosto de 2024</i>
<i>20 de novembro de 2024</i>
<i>20 de fevereiro de 2025</i>
<i>20 de maio de 2025</i>
<i>20 de agosto de 2025</i>
<i>20 e novembro de 2025"</i>

(e) alterar a data a partir da qual a Companhia poderá realizar o Resgate Antecipado, prevista na Cláusula 5.1, a qual passará a vigorar com a seguinte redação:

"5.1. A Emissora poderá realizar, a partir de 20 de novembro de 2021, inclusive, a seu exclusivo critério, o resgate antecipado da totalidade das Debêntures ("Resgate Antecipado"). A Emissora poderá realizar o Resgate Antecipado mediante comunicação escrita aos Debenturistas, com cópia para o Agente Fiduciário, com antecedência mínima de 10 (dez) dias à realização do pagamento do Resgate Antecipado ("Aviso aos Debenturistas" e "Comunicação de Resgate", respectivamente.)"

(f) alterar o Prêmio de Resgate Antecipado, previsto na Cláusula 6.1, a qual passará a vigorar com a seguinte redação:

"6.1. Na hipótese da Amortização Extraordinária prevista no item 4.3.1.1. ou do Resgate Antecipado previsto na Cláusula Quinta, a Emissora pagará um prêmio flat equivalente a um percentual calculado sobre o Valor Nominal Unitário ou o saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso, das Debêntures objeto de Amortização Extraordinária ou de Resgate

Antecipado, acrescido da Remuneração, calculada pro rata temporis desde a Data da Primeira Integralização ou da Data de Pagamento de Remuneração imediatamente anterior, até a Data de Amortização Extraordinária ou Data de Resgate Antecipado, conforme o caso ("Prêmio"), sendo que referido percentual será igual a:"

Período	Prêmio das Debêntures
<i>Entre 21 novembro de 2021 (inclusive) e 20 de novembro de 2022 (inclusive)</i>	<i>0,75%</i>
<i>Entre 21 de novembro de 2022 (inclusive) e 20 de novembro de 2023 (inclusive)</i>	<i>0,50%</i>
<i>Entre 21 de novembro de 2023 (inclusive) e 20 de novembro de 2024 (inclusive)</i>	<i>0,25%</i>
<i>Entre 21 de novembro de 2024 (inclusive) até 20 de novembro de 2025 (exclusive)</i>	<i>0,10%"</i>

- (g)** Alterar as condições de Vencimento Antecipado estabelecidas na cláusula item 7.1 da Escritura de Emissão e, conseqüentemente, as condições de vencimento antecipado automático estabelecidas na cláusula 7.2, as quais passam a vigorar com as seguintes redações:

7.1. São considerados eventos de inadimplemento, acarretando o vencimento antecipado das Debêntures e, sujeito ao disposto nas Cláusulas 7.2, 7.3 e 7.4 abaixo, a imediata exigibilidade do pagamento, pela Emissora, do Valor Nominal Unitário ou do saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures, acrescido da Remuneração calculados, pro rata temporis desde a Data da Primeira Integralização ou da Data de Pagamento da Remuneração imediatamente anterior, conforme aplicável, até a data do seu efetivo pagamento, além dos demais encargos devidos nos termos desta Escritura de Emissão, quando aplicáveis, quaisquer dos seguintes eventos (cada um deles, um "Evento de Inadimplemento"):

- (a) descumprimento pela Emissora, de qualquer obrigação pecuniária relacionada à Emissão, e não sanada no prazo de 1 (um) Dia Útil contado da data do respectivo vencimento;*
- (b) caso ocorra (i) a dissolução, a liquidação ou a extinção da Emissora; (ii) a decretação de falência da Emissora; (iii) o pedido de autofalência, por parte da Emissora; (iv) o pedido de falência formulado por terceiros em face da Emissora e não devidamente solucionado, por meio de pagamento ou depósito, rejeição do*

pedido, suspensão dos eleitos da declaração de falência, ou por outro meio, no prazo de até 10 (dez) Dias Úteis a contar do recebimento da citação; (v) a apresentação de pedido e/ou de plano de recuperação extrajudicial a seus credores (independentemente de ter sido requerida homologação judicial do referido plano), por parte da Emissora, sem a prévia e expressa autorização dos Debenturistas em Assembleia Geral de Debenturistas convocada com esse fim; (vi) o ingresso pela Emissora em juízo com requerimento de recuperação judicial, independentemente de seu deferimento pelo juiz competente; ou (vii) qualquer evento análogo que caracterize estado de insolvência da Emissora, incluindo acordo de credores, nos termos da legislação aplicável;

- (c) caso ocorra (i) a dissolução, liquidação ou extinção de quaisquer sociedades coligadas, controladoras ou controladas da Emissora, exceto se estas sociedades estiverem inativas, sendo para os fins deste item, "sociedades inativas" aquelas que não geram receitas e não contribuem para o faturamento da Emissora; (ii) a decretação de falência de quaisquer sociedades coligadas, controladoras ou controladas da Emissora; (iii) o pedido de autofalência, por parte de quaisquer sociedades coligadas, controladoras ou controladas da Emissora; (iv) o pedido de falência formulado por terceiros em face de quaisquer sociedades coligadas, controladoras ou controladas da Emissora e não devidamente solucionado, por meio de pagamento ou depósito, rejeição do pedido, suspensão dos eleitos da declaração de falência, ou por outro meio, no prazo de até 10 (dez) Dias Úteis a contar do recebimento da citação; (v) o ingresso por quaisquer sociedades coligadas, controladoras ou controladas da Emissora em juízo com requerimento de recuperação judicial, independentemente de seu deferimento pelo juiz competente; ou (vi) qualquer evento análogo que caracterize estado de insolvência de quaisquer sociedades coligadas, controladoras ou controladas da Emissora, incluindo acordo de credores, nos termos da legislação aplicável;*
- (d) transformação da Emissora em sociedade limitada, nos termos dos artigos 220 a 222 da Lei das Sociedades por Ações;*
- (e) (i) incorporação (incluindo a incorporação de ações), fusão ou cisão da Emissora, exceto se referidas operações cumprirem com qualquer dos requisitos a seguir, de forma não cumulativa: (a) for previamente autorizada pelos Debenturistas nos termos da Cláusula 6.3 abaixo; ou (b) seja assegurado aos Debenturistas o direito de resgate das Debêntures, nos termos do artigo 231, parágrafos 1º e 2º, da Lei das Sociedades por Ações; ou (c) for decorrente de reorganização societária realizada (1) com o objetivo de promover a transferência ou contribuição de ações,*

sob qualquer forma, de emissão da Emissora para sociedade de participação (holding) ou fundo de investimento controlado pelo atual Acionista Controlador da Emissora ("Holding"); e/ou (2) com o objetivo de (a) promover a cessão, transferência de ativos, bens, direitos ou obrigações de titularidade da Emissora em favor da Holding, desde que, nesse caso, a apuração dos Índices Financeiros, conforme previstos na alínea (r) abaixo, seja realizada com base nas demonstrações financeiras consolidadas da Holding e/ou (ii) a cessão, transferência de ativos, bens, direitos ou obrigações de titularidade da Emissora ocorra, sob qualquer forma, em favor de sociedade sob controle comum da Emissora ("Investida") ("Reorganização Societária Autorizada"). A Emissora está, desde já, de forma irrevogável e irretratável, autorizada a realizar a Reorganização Societária Autorizada, não cabendo qualquer oposição por parte dos Debenturistas, se e quando realizada;

- (f) protestos de títulos contra a Emissora, cujo valor, individual ou agregado, seja igual ou superior a R\$50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais), corrigido anualmente pela variação positiva do IGP-M, exceto se, no prazo de até 15 (quinze) Dias Úteis contados da data do respectivo protesto, tiver sido comprovado ao Agente Fiduciário pela Emissora que (a) o protesto foi efetuado por erro ou má-fé de terceiro e tenha sido tomada medida judicial adequada para a anulação ou sustação de seus efeitos; (b) o protesto foi cancelado; ou (c) forem prestadas pela Emissora e aceitas pelo Poder Judiciário garantias em juízo;*
- (g) não cumprimento de quaisquer sentenças arbitrais definitivas ou judiciais com exigibilidade imediata e não sujeita a efeito suspensivo, cujo valor, individual ou agregado, seja igual ou superior a R\$50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais), ou equivalente em outras moedas, corrigidos anualmente pela variação positiva do IGP-M a partir da Data de Emissão, exceto se, (i) no caso de sentença arbitral, a Emissora esteja pleiteando perante o poder judiciário a decretação da nulidade da sentença arbitral nos termos do artigo 32 e 33 da Lei nº 9.307, de 23 de setembro de 1996 e, no contexto de tal pleito, tenha obtido a suspensão dos efeitos da referida sentença arbitral; ou (ii) no caso de decisão judicial, a Emissora tenha prestado garantia em juízo, nos termos da lei processual vigente;*
- (h) provarem-se falsas ou revelarem-se incorretas, incompletas ou enganosas, quaisquer das declarações ou garantias prestadas pela Emissora nesta Escritura de Emissão, ou em qualquer outro documento da Oferta Restrita;*
- (i) exceto no âmbito da Reorganização Societária Autorizada, se o objeto social disposto no estatuto social da Emissora for alterado de maneira que sejam*

excluídas ou substancialmente reduzidas as principais atividades atualmente praticadas e os ramos de negócios atualmente explorados pela Emissora, salvo se expressamente autorizado pelos Debenturistas representando, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação, em Assembleia Geral de Debenturistas convocada com esse fim;

- (j) descumprimento, pela Emissora, de qualquer obrigação não pecuniária relacionada às Debêntures, estabelecida nesta Escritura de Emissão não sanado no prazo de 15 (quinze) Dias Úteis contado da data do recebimento de notificação pelo Agente Fiduciário;*
- (k) ocorrência de alienação do atual controle societário da Emissora, conforme definição de controle prevista no art. 116 da Lei 6404/76, sem o prévio consentimento dos titulares das Debêntures, reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas;*
- (l) exceto no âmbito da Reorganização Societária Autorizada, deliberação tomada em assembleia pelos acionistas da Emissora, para redução do capital social da Emissora por seus respectivos acionistas, após o início da distribuição das Debêntures e antes da Data de Vencimento, sem a prévia anuência dos titulares das Debêntures, nos termos previstos no § 3º do artigo 174 da Lei das Sociedades por Ações;*
- (m) declaração de vencimento antecipado, de quaisquer obrigações financeiras da Emissora decorrente de quaisquer operações de captação de recursos realizada no mercado financeiro ou de capitais, no mercado local ou internacional, cujo saldo devedor da dívida tenha valor, individual ou agregado, igual ou superior a R\$50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais), ou equivalente em outras moedas, corrigidos anualmente pela variação positiva do Índice Geral de Preços do Mercado, calculado e divulgado pela Fundação Getúlio Vargas ("IGP-M");*
- (n) resgate ou amortização de ações, exceto para absorção de prejuízos, pagamento de dividendos, juros sobre o capital próprio ou qualquer outra participação no lucro estatutariamente prevista ou qualquer outra forma de oferta, pela Emissora a seus acionistas, quando esta estiver em mora com relação às Debêntures, ressalvado, entretanto, o pagamento do dividendo mínimo obrigatório previsto no artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações;*
- (o) exceto no âmbito da Reorganização Societária Autorizada, conforme definida na*

alínea (e) acima, caso a Emissora transfira ou por qualquer forma ceda ou prometa ceder a terceiros os direitos e obrigações assumidos nos termos desta Escritura;

- (p) não renovação, não obtenção, cancelamento, revogação, extinção de autorizações, alvarás, concessões, subvenções e/ou licenças, inclusive as ambientais, desde que possa causar um Efeito Material Adverso (conforme abaixo definido);*
- (q) se os Debenturistas deixarem de concorrer, no mínimo, em condições pari passu com os demais credores das demais dívidas quirografárias da Emissora, ressalvadas as obrigações que gozem de preferência ou privilégio por força de disposição legal;*
- (r) não manutenção, pela Emissora, de qualquer dos índices financeiros relacionados a seguir ("Índices Financeiros") por todo o período de vigência da Emissão, a serem apurados: (i) trimestralmente pela Emissora, até o 5º (quinto) Dia Útil após o prazo máximo previsto pela regulamentação aplicável para a divulgação das demonstrações financeiras e das demonstrações contábeis trimestrais da Emissora; e (ii) com base nas demonstrações financeiras consolidadas da Emissora, auditadas ou revisadas pelos auditores independentes da Emissora, e disponibilizadas trimestralmente ao Agente Fiduciário pela Emissora, juntamente com relatório consolidado da memória de cálculo compreendendo as contas abertas de todas as rubricas necessárias para a obtenção final de tais Índices Financeiros, e da declaração do Diretor de Relações com Investidores, atestando a sua efetiva legalidade, legitimidade, exigibilidade, validade, ausência de vícios, suficiência de informações e veracidade, sob pena de impossibilidade de acompanhamento pelo Agente Fiduciário, o qual poderá solicitar à Emissora e/ou aos seus auditores independentes todos os eventuais esclarecimentos adicionais que se façam necessários. A primeira apuração será com base nas informações relativas ao período encerrado em setembro de 2017. Para fins desta Cláusula devem ser consideradas as seguintes definições:*
 - I. "Dívida Financeira Líquida/EBITDA Adicionado" menor ou igual a 3,5 (três inteiros e cinco décimos)*
 - II. "EBITDA Adicionado/Despesa Financeira Líquida" maior ou igual a 2,0 (dois inteiros)*
- (i) Dívida Financeira Líquida significa o saldo total dos empréstimos e financiamentos de curto e longo prazo da Emissora, incluídas as Debêntures e quaisquer outros títulos ou valores mobiliários*

representativos de dívida, os resultados, negativos e/ou positivos, das operações de proteção patrimonial (Hedge) e subtraídos (a) os valores em caixa e em aplicações financeiras e (b) os financiamentos contraídos em razão do programa de financiamento de estoque de veículos novos e usados, nacionais e importados e peças automotivas, com concessão de crédito rotativo cedido pelas instituições financeiras ligadas às montadoras (Veículos Floor Plan)

- (ii) EBITDA Adicionado significa o lucro antes do resultado financeiro, tributos, depreciações, amortizações, imparidade dos ativos e equivalências patrimoniais, acrescido do custo de venda dos ativos utilizados na prestação de serviços, apurado ao longo dos últimos 12 (doze) meses, incluindo o EBITDA Adicionado dos últimos 12 (doze) meses das sociedades incorporadas e/ou adquiridas pela Emissora; e*
- (iii) Despesa Financeira Líquida significa os encargos de dívida, acrescidos das variações monetárias, deduzidas as rendas de aplicações financeiras, todos estes relativos aos itens descritos na definição de Dívida Financeira Líquida acima e calculados pelo regime de competência ao longo dos últimos 12 (doze) meses.”*

"7.2. A ocorrência de quaisquer dos Eventos de Inadimplemento previstos nos itens (a), (b), (c), (d), (e), (f) (g) (k), (l), (m), (n), (o), (p), (q) e (r) da Cláusula 7.1 acima, não sanados nos respectivos prazos de cura, se aplicável, acarretará o vencimento antecipado automático das Debêntures, independentemente de qualquer consulta aos Debenturistas, de aviso ou notificação, judicial ou extrajudicial, devendo o Agente Fiduciário, no entanto, enviar imediatamente à Emissora comunicação escrita informando a ciência de tal acontecimento.”

- (h)** alterar a redação da Cláusula 8.1 para alterar a alínea (n) a fim de prever a metodologia do cálculo do Quociente do Ativo Imobilizado, excluir a alínea (o) e excluir a menção do autosseguro contida na alínea (m) e consequente renumeração das demais alíneas:

8.1. A Emissora assume as seguintes obrigações:

- (a) Utilizar os recursos oriundos da Emissão conforme descrito nesta Escritura de Emissão.*
- (b) Notificar o Agente Fiduciário sobre qualquer mudança na natureza ou escopo dos*

negócios e operações da Emissora, ou qualquer evento ou fato que, no entendimento da Emissora, afete adversamente, de forma significativa, a condição financeira da Emissora ou sua capacidade de cumprir suas obrigações nos termos desta Escritura de Emissão, no prazo de até 5 (cinco) Dias Úteis contados a partir da data em que a Emissora tomar conhecimento da respectiva mudança ou evento.

(c) Notificar o Agente Fiduciário sobre qualquer condenação em decisão transitada em julgado decorrente de processo judicial que afete, de forma significativa, a Emissora ou a capacidade da Emissora de cumprir suas obrigações nos termos desta Escritura de Emissão, no prazo de até 5 (cinco) Dias Úteis contados a partir da data em que a Emissora tomar conhecimento do respectivo trânsito em julgado do processo.

(d) Fornecer ao Agente Fiduciário:

(i) Dentro do prazo legalmente estabelecido, após o término de cada exercício social ou de cada trimestre social, ou nas datas de suas respectivas divulgações, o que ocorrer primeiro, cópia de suas demonstrações financeiras completas relativas ao respectivo exercício ou cópia de suas informações trimestrais relativas ao respectivo trimestre, conforme o caso, acompanhadas: (a) do relatório da administração e do parecer dos auditores independentes conforme exigido pela legislação aplicável; (b) do relatório consolidado da memória de cálculo compreendendo todas as rubricas necessárias para a obtenção dos quocientes Dívida Financeira Líquida/EBITDA-Adicionado e EBITDA-Adicionado/Despesa Financeira Líquida, com base em informações devidamente auditadas e/ou revisadas, conforme o caso, pelos auditores independentes contratados pela Emissora; e (c) de declaração do Diretor de Relações com Investidores da Emissora, na forma do seu estatuto social, atestando: (i) que permanecem válidas as disposições contidas na Escritura de Emissão; (ii) não ocorrência de qualquer das hipóteses de vencimento antecipado e inexistência de descumprimento de obrigações da Emissora perante os Debenturistas; e (iii) que não foram praticados atos em desacordo com o estatuto social;

(ii) No mesmo prazo previsto no item (o) da Cláusula 7.1 acima, (a) as demonstrações financeiras e de resultados trimestrais individualizadas

(não consolidadas) da Emissora e (b) a memória de cálculo do Quociente do Ativo Imobilizado (conforme definido abaixo), compreendendo a indicação do saldo contábil do ativo imobilizado da Emissora, subtraindo os saldos contábeis das seguintes linhas: (b.1) do ativo imobilizado objeto de arrendamento mercantil; (b.2) de veículos e equipamentos que sejam objeto de garantias em empréstimos da Emissora junto à Agência Especial de Financiamento Industrial – FINAME; (b.3) dos bens do ativo imobilizado que sejam objeto de penhora ou constrição no âmbito de disputas judiciais; resultando no saldo contábil dos itens do ativo imobilizado (referente a veículos leves, veículos pesados, máquinas e equipamentos) que estejam livres e desembaraçados de quaisquer ônus ou restrições ("Memória de Cálculo do Saldo do Ativo Imobilizado");

- (iii) Cópia das informações periódicas e eventuais exigidas pela Instrução CVM 480 nos prazos ali estabelecidos, inclusive, mas não se limitando as Demonstrações Financeiras anuais e as Informações Trimestrais (ITRs), acompanhadas de relatório de revisão especial, emitido por auditor independente registrado na CVM;*
- (iv) Em até 1 (um) Dia Útil, notificação da convocação de qualquer Assembleia Geral de Debenturistas, informando, inclusive, a data e ordem do dia das referidas Assembleias;*
- (v) Em até 2 (dois) Dias Úteis após sua publicação, cópia dos Avisos aos Debenturistas, fatos relevantes e atas de assembleias e demais documentos relacionados à presente Emissão;*
- (vi) Em até 5 (cinco) Dias Úteis, informações razoáveis sobre a Emissora e seus ativos que o Agente Fiduciário eventualmente requerer, desde que tais informações sejam relevantes para a presente Emissão e ressalvadas as informações de natureza estratégica e/ou confidencial para a Emissora;*
- (vii) Em até 3 (três) Dias Úteis após o seu recebimento, cópia de qualquer correspondência relevante ou notificação judicial ou extrajudicial recebida pela Emissora, relativa às Debêntures ou à presente Escritura de Emissão;*
- (viii) No prazo máximo de 3 (três) Dias Úteis contados da data da ocorrência de qualquer Evento de Inadimplemento indicada na Cláusula Sétima, informações a respeito da ocorrência do Evento de Inadimplemento. O*

descumprimento desse dever pela Emissora não impedirá o Agente Fiduciário ou os Debenturistas de, a seu critério e observado o disposto nesta Escritura de Emissão, exercer seus poderes e faculdades nelas previstos na presente Escritura de Emissão, inclusive o de declarar o vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures; e

- (ix) No prazo máximo de 30 (trinta) dias antes do término do prazo para divulgação do relatório de que trata o subitem (xii) da Cláusula 9.4.1 desta Escritura de Emissão, todos os atos societários de cada exercício social e cópia do organograma atualizado do seu grupo societário, contendo, inclusive, controladores, sociedades controladas (caso aplicável), sociedades sob controle comum, sociedades coligadas e integrantes do bloco de controle, no encerramento de cada exercício social.*
- (e) Proceder à adequada publicidade dos dados econômico-financeiros, nos termos exigidos pela Lei das Sociedades por Ações e/ou demais regulamentações aplicáveis, promovendo a publicação das suas demonstrações financeiras anuais.*
- (f) Manter a sua contabilidade atualizada e efetuar os respectivos registros de acordo com as práticas contábeis adotadas na República Federativa do Brasil.*
- (g) Convocar, nos termos da Cláusula Décima desta Escritura de Emissão, Assembleias Gerais de Debenturistas para deliberar sobre qualquer das matérias que, no entendimento exclusivo da Emissora, afete direta ou indiretamente os interesses dos Debenturistas, caso o Agente Fiduciário deva fazer, nos termos da presente Escritura de Emissão, mas não o faça.*
- (h) Cumprir com todas as suas obrigações perante a CVM e CETIP incluindo o envio de documentos e prestação de informações que lhe forem solicitadas pelos referidos entes, na forma da lei.*
- (i) Submeter, na forma da lei, suas demonstrações financeiras a exame por empresa de auditoria independente registrada na CVM.*
- (j) Manter sempre atualizado o registro de companhia aberta na CVM, nos termos das normas, regulamentos e instruções da CVM aplicáveis.*
- (k) Não realizar operações fora de seu objeto social ou em desacordo com o seu Estatuto Social, observadas as disposições estatutárias, legais e regulamentares*

em vigor.

- (l) Notificar, no prazo máximo de 10 (dez) dias após a ocorrência do evento, o Agente Fiduciário sobre qualquer ato ou fato que cause a interrupção ou suspensão das atividades da Emissora e/ou quaisquer sociedades coligadas, controladoras ou controladas da Emissora e que resulte em um Efeito Material Adverso (conforme definido na Cláusula 10.2 abaixo) para suas atividades ou situação financeira.*
- (m) Manter seus bens materiais adequadamente segurados por companhias de seguro de primeira linha, em termos compatíveis com os praticados pelos setores de atuação da Emissora.*
- (n) Manter veículos leves e/ou pesados e/ou máquinas/equipamentos de sua propriedade, livres e desembaraçados de qualquer ônus ou constringências, a qualquer título, em montante correspondente a, no mínimo, 130% (cento e trinta por cento) do saldo devedor das Debêntures em Circulação apurado na data da respectiva apuração, considerando-se, para tanto, o valor contábil de cada um destes ativos, conforme informados pela Emissora e validados pelo Agente Fiduciário, trimestralmente, com base nas demonstrações financeiras e de resultados trimestrais individualizadas (não consolidados) em linhas ou notas explicativas e memória de cálculo do Quociente do Ativo Imobilizado, compreendendo a indicação do saldo contábil do ativo imobilizado da Emissora, subtraindo os saldos contábeis das seguintes linhas: (A) do ativo imobilizado objeto de arrendamento mercantil; (B) de veículos e equipamentos que sejam objeto de garantias em empréstimos da Emissora junto à Agência Especial de Financiamento Industrial – FINAME Indireto; (C) dos bens do ativo imobilizado que sejam objeto de penhora ou constringção no âmbito de disputas judiciais; resultando no saldo contábil dos itens do ativo imobilizado (referente a veículos leves, veículos pesados, máquinas e equipamentos) que estejam livres e desembaraçados de quaisquer ônus ou constringências ("Quociente do Ativo Imobilizado");*
- (o) Não praticar quaisquer atos em desacordo com a presente Escritura de Emissão, conforme os termos e condições previstos nas respectivas Cláusulas desta Escritura de Emissão.*
- (p) Exceto com relação àqueles pagamentos que estejam sendo ou que venham a ser*

questionados ou contestados pela Emissora na esfera judicial ou administrativa, efetuar o pagamento de todos os tributos que entenda devidos às Fazendas Federal, Estadual ou Municipal.

- (q) Manter, conservar e preservar todos os seus bens materialmente relevantes (tangíveis e intangíveis), necessários para a devida condução de suas atividades.*
- (r) Manter válidas e regulares as licenças, concessões ou aprovações necessárias, inclusive ambientais, ao seu regular funcionamento, exceto no que se referir a licenças, concessões ou aprovações cuja perda, revogação ou cancelamento não resultem em Efeito Material Adverso para suas atividades, ou para sua capacidade em honrar tempestivamente as obrigações pecuniárias ou não relativas às Debêntures, decorrentes desta Escritura de Emissão.*
- (s) Exceto com relação àqueles que estejam sendo questionados pela Emissora na esfera judicial ou administrativa, cumprir todas as leis, regras, regulamentos e determinações dos órgãos governamentais, autarquias ou tribunais, aplicáveis à condução de seus negócios, exceto nos casos em que tais eventuais descumprimentos não resultem em Efeito Material Adverso para suas atividades ou situação financeira.*
- (t) Sempre que houver e, enquanto permanecer em descumprimento com qualquer obrigação pecuniária prevista nesta Escritura de Emissão, não distribuir dividendos ou juros sobre capital próprio além do mínimo obrigatório definido pela Lei das Sociedades por Ações, sem a prévia e expressa autorização por escrito dos Debenturistas que representem no mínimo 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação.*
- (u) Prestar informações, dentro do prazo de 3 (três) Dias Úteis, sobre quaisquer autuações pelos órgãos governamentais, de caráter fiscal, ambiental ou de defesa da concorrência, entre outros, em relação à Emissora, que possam resultar em um Efeito Material Adverso e/ou de valor individual ou agregado (sempre quando da mesma natureza) superior a R\$36.000.000,00 (trinta e seis milhões de reais), corrigidos pela variação positiva do IGP-M. Essas informações deverão ser apresentadas pela Emissora na forma de relatório descritivo da ocorrência e das medidas que serão adotadas pela Emissora para mitigar os efeitos da autuação em questão.*
- (v) Contratar e manter contratados os prestadores de serviços inerentes às*

obrigações previstas nesta Escritura de Emissão, incluindo o Agente Fiduciário, o Banco Liquidante, o Escriturador e os sistemas de negociação das Debêntures no mercado secundário.

- (w) Notificar em até 5 (cinco) Dias Úteis os Debenturistas e o Agente Fiduciário caso quaisquer das declarações prestadas na presente Escritura de Emissão tornem-se total ou parcialmente inverídicas, incompletas ou incorretas por atos ou fatos ocorridos antes da celebração desta Escritura de Emissão, que venham a ser constatados após a data de celebração desta Escritura de Emissão.*
- (x) Manter em vigor a estrutura de contratos necessária para lhe assegurar a manutenção das suas condições de operação e funcionamento.*
- (y) Não omitir nenhum fato, de qualquer natureza, que seja de seu conhecimento e que cause alteração substancial na situação econômico-financeira ou jurídica da Emissora em prejuízo dos Debenturistas.*
- (aa) Estruturar e manter um adequado departamento de atendimento aos Debenturistas, podendo utilizar, para esse fim, a estrutura e órgãos destinados ao atendimento de seus acionistas ou contratar instituição financeira autorizada para prestar esse serviço.*
- (bb) Fornecer ao Agente Fiduciário (01) via original desta Escritura de Emissão e de eventuais aditamentos, devidamente arquivadas na JUCESP em até 02 (dois) Dias Úteis após obtenção do seu registro.*
- (cc) Guardar, pelo prazo de 5 (cinco) anos contados da presente data, toda a documentação relativa à Emissão.*
- (dd) Manter sempre atualizado o registro de companhia aberta na CVM, nos termos da Instrução CVM 480;*
- (ee) Cumprir rigorosamente, quando aplicável, em seus aspectos relevantes, ao disposto na legislação em vigor pertinente à Política Nacional do Meio Ambiente, às Resoluções do CONAMA - Conselho Nacional do Meio Ambiente e às demais legislações e regulamentações ambientais supletivas, adotando as medidas e ações preventivas ou reparatórias, destinadas a evitar e corrigir eventuais danos ambientais apurados, decorrentes da atividade descrita em seu objeto social,*

responsabilizando-se, única e exclusivamente, pela destinação dos recursos financeiros obtidos com a Emissão.

(ff) Cumprir, e fazer com que seus representantes cumpram, com as normas de conduta previstas no artigo 48 da Instrução CVM 400.

(gg) Abster-se de negociar valores mobiliários de sua emissão, até o envio da comunicação de encerramento da Oferta Restrita, salvo nas hipóteses previstas no inciso II do artigo 48 da Instrução CVM 400.”

(ii) Autorizar a Diretoria e os representantes legais da Companhia a praticar todos e quaisquer atos necessários à implementação das deliberações acima.

Encerramento: Nada mais havendo a tratar, foi lavrada a presente ata, que depois de lida e conferida, foi por todos assinada. São Paulo, 19 de novembro de 2019. Mesa: Presidente da Mesa - Adalberto Calil; Secretária da Mesa – Maria Lúcia de Araújo. Conselheiros presentes: Fernando Antonio Simões, Fernando Antonio Simões Filho, Adalberto Calil, Álvaro Pereira Novis e Augusto Marques da Cruz Filho.

Confere com a original, lavrada em livro próprio.

Maria Lúcia de Araújo
Secretária da Mesa